

PARA ALÉM DA SEGURANÇA ALIMENTAR: OS PROGRAMAS DE CISTERNAS SOB A ÓTICA DA COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE

Christiane Fernandes dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Brasil
chrisfernandes@ufersa.edu.br

Cimone Rozendo de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN,
Brasil cimone.rozendo@gmail.com

Roberto Marinho Alves da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Brasil
rmas2007@gmail.com

RESUMO

Os programas de cisternas, desenvolvidos na região do Nordeste brasileiro, orientam-se por um conjunto de princípios expressos na noção de Convivência com o Semiárido que preconiza uma relação mais equilibrada entre meio ambiente e sociedade em que a valorização dos saberes locais e a aprendizagem coletiva constituem instrumentos de emancipação e autonomia. Este artigo objetivou analisar em que medida o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) contribuiu para forjar novas práticas, percepções e vínculos com o território (decolonialidades) a partir do acesso à água e ao alimento. Para tanto, além de revisão de literatura, foram realizadas entrevistas com representantes de duas entidades executoras do Programa e com 42 famílias beneficiadas pelo mesmo, no território Sertão do Apodi/RN. Constatou-se que o programa ao ampliar o acesso à água e ao alimento, não apenas promoveu a segurança alimentar das famílias, mas constituiu-se como instrumento de resistência às formas hegemônicas do poder, do saber e do ser. O desmonte dessa política buscou neutralizar essas resistências e impossibilitar os sujeitos de expandirem suas capacidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Agricultura familiar. P1+2. Água. Alimento.

BEYOND FOOD SECURITY: THE CISTERN POLITICS FROM THE PERSPECTIVE OF COLONIALITY/ANTICOLONIALITY

ABSTRACT

The cistern programs developed in the Northeast region of Brazil are guided by a set of principles expressed in the notion of Coexistence with the Semi-Arid region, which advocates a more stable relationship between the environment and society, in which the appreciation of local knowledge and collective learning are instruments of emancipation and autonomy. This article aimed to analyze to what extent the "One Land and Two Waters Program (P1+2)" (Programa Uma Terra e Duas Águas) contributed to forging new practices, insights, and links with the territory (decoloniality) through the access to water and nourishment. To this end, in addition to a literature review, structured interviews were conducted with representatives of two entities executing the Program and with forty-two families benefiting from it, in the Sertão do Apodi/RN territory. It was ascertained that the program, by expanding access to water and food, not only promoted the food security of families, but also served as an instrument of resistance to hegemonic forms of power, knowledge and being. The dismantling of this social policy invariably sought to neutralize these local resistances and stop specific subjects from sufficiently expanding their productive capacities.

Keywords: Development. Family farming. P1+2. Water. Food.

INTRODUÇÃO

O entendimento das múltiplas expressões da colonialidade tem se mostrado como chave de leitura de diferentes realidades que se expressam em contextos hierarquizados. As formas modernas de exploração e dominação, a produção do conhecimento científico e o modo de ser, por exemplo, são heranças coloniais e representam, respectivamente, a colonialidade do poder, do saber e do ser. Em contraponto, o conceito de decolonialidade se constitui como importante elemento para refletir situações que impulsionam e/ou provocam o rompimento de hierarquias (MALDONADO-TORRES, 2007; CASTRO-GÓMEZ, 2005; MIGNOLO, 2008). A ideia de decolonialidade desafia evidenciar como as estruturas e práticas da colonialidade seguem operando. Dessa maneira, ao estudar os paradigmas que legitimaram as políticas de desenvolvimento no Semiárido brasileiro: combate à seca, modernização tecnológica e convivência com o Semiárido, objetivou-se compreendê-los sob a ótica da colonialidade/decolonialidade.

O reconhecimento de um território denominado Semiárido no Brasil decorre da Constituição de 1988, cujos critérios de delimitação foram explicitados na Lei nº 7.827/89, no âmbito da regulamentação do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), sendo estabelecida como "a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, definida em portaria daquela Autarquia" (BRASIL, 1989). Desde 2005, novas delimitações do Semiárido consideram três critérios técnicos: a precipitação pluviométrica (inferior a 800 mm), o índice de aridez (até 0,5 entre 1961 e 1990) e o risco de ocorrência de seca. Em 2021 foi aprovada uma nova delimitação para o Semiárido brasileiro, passando a ser composto por 1.427 municípios distribuídos nos estados do Nordeste e no Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo (SUDENE, 2021).

As regiões semiáridas têm sido caracterizadas, principalmente, pelos longos períodos de estiagem, chuvas escassas e/ou mal distribuídas, altas temperaturas e aridez dos solos. Essas são características edafoclimáticas que mais têm representado essas regiões, principalmente no âmbito das políticas públicas. As políticas constituídas por parte do Estado para o enfrentamento dos problemas existentes no Semiárido brasileiro, foram pautadas, predominantemente, em ações e programas voltados ao combate à seca, porém, de maneira desarticulada da realidade do local. Muitas delas foram concebidas como instrumentos das elites regionais, para concentrar terra, água e, em consequência, alimento convertendo-se em domínio do poder político e econômico (SANTOS; ROZENDO; DINIZ, 2019; SILVA, 2010). O fato é que se criou uma imagem negativa do Semiárido como território das secas e da miséria, explicação do atraso nordestino, ocultando as demais nuances das desigualdades sociais e regionais.

Nos anos 1950 ficaram explícitas as desigualdades regionais, diante do dinamismo da modernização nacional com base na industrialização concentrada nas regiões Sudeste e Sul e a estagnação da economia nordestina. No caso da porção territorial do Semiárido, verificava-se a "manutenção das políticas tradicionais de emergência, como instrumentos de legitimação do poder central no cenário das disparidades regionais" (SILVA, 2010, p. 51). A partir de então, o Estado buscou realizar inovações institucionais, incluindo a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Sudene, por exemplo, e reorientar as políticas de desenvolvimento regional, impulsionando a modernização de alguns setores produtivos, mas conservando velhas estruturas econômicas, sociais e políticas que fragmentavam e reproduziam as desigualdades intrarregionais (ARAÚJO, 1997; GUIMARÃES NETO, 1997).

Com o agravamento da crise fiscal a partir dos anos 1980 e a adoção das políticas neoliberais nos anos seguintes, as iniciativas de redução de desigualdades regionais foram arrefecidas, tendo um novo dinamismo na primeira quinzena do século XXI, com um tratamento diferenciado da Região Nordeste em políticas públicas de abrangência nacional (de infraestrutura, de seguridade social, de educação e de investimentos produtivos, entre outros), com repercussões na melhoria de indicadores econômicos e sociais na Região (ARAÚJO, 2014). No entanto, esse ciclo também foi arrefecido a partir de 2015, quando se aprofunda uma nova crise econômica e institucional, de modo que, apesar dos recentes avanços, se mantém as disparidades regionais, com a Região Sudeste concentrando mais de 50% do PIB Nacional e nesta Região, o Estado de São Paulo, detém mais de 30% do total da riqueza, ou seja, o dobro da participação do Nordeste na formação do PIB nacional (IBGE, 2019).

Somente na década de 1980, quando houve um fortalecimento da participação social por meio do trabalho de diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos de assessorias técnicas e associações, a atuação “em prol da criação e disseminação de práticas alternativas para lidar com o problema da seca” (SANTOS, 2016, p. 143) foi fortalecida. Essas mudanças – culturais e, conseqüentemente, políticas – levaram à formação e às construções de novas articulações entre a sociedade civil e o Estado, que passaram a orientar práticas que têm se mostrado insurgentes em relação às velhas políticas desenvolvimentistas implantadas, por décadas, na região Nordeste.

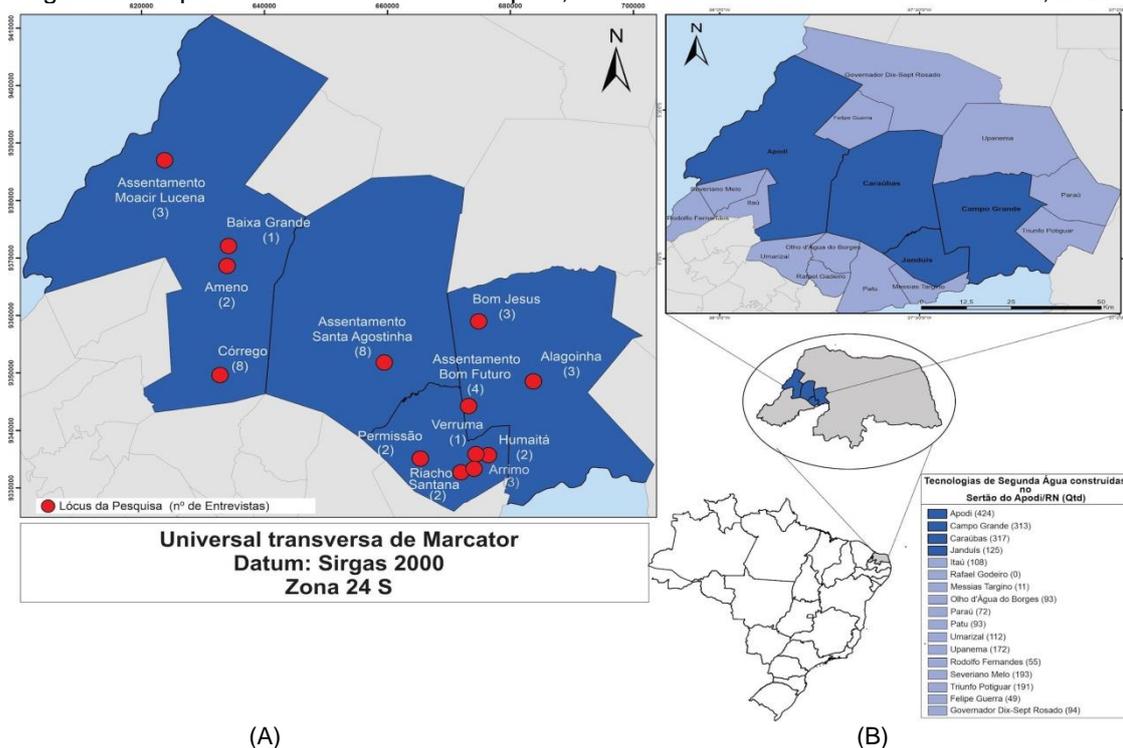
Nesse contexto, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) surge, no final da década de 1990, como principal protagonista na luta por um novo paradigma de desenvolvimento: o da convivência com o semiárido, adotando uma nova perspectiva para lidar com as questões climáticas, sociais e políticas, em especial no que concerne ao acesso à água, à terra e à produção de alimentos. Uma das principais ações da proposta de convivência foi o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). A ideia que se tornou uma política pública no ano 2003, previa a universalização do acesso à água para o consumo humano, através da construção de um reservatório de placa de cimento, ao redor da casa, com capacidade de captação de 16 mil litros de água da chuva. É a partir da comprovada importância dessa experiência para as famílias rurais do Semiárido brasileiro que surgiu, no ano de 2007, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), como uma forma de ampliação de acesso à água, cujo objetivo é “garantir acesso e manejo sustentáveis da terra e das águas, promovendo a segurança alimentar (produção animal e vegetal) por meio da construção de processos participativos da população rural” (GNADLINGER, 2005, p. 8).

O conjunto de princípios e estratégias, que regem os programas de cisternas, expressa a noção de convivência com o semiárido, prezando por uma relação diferenciada entre o meio ambiente e a sociedade, apresentando como elementos estruturantes a “emancipação, autonomia, equidade e aprendizagem coletiva” (ROZENDO e DINIZ, 2020, p. 3) dos sujeitos envolvidos. “A referida perspectiva assentou-se no protagonismo dos sujeitos sociais do Semiárido, antes ‘vítimas das secas’, na construção das estratégias de desenvolvimento para a região” (ROZENDO e DINIZ, 2020, p. 3), agora, atores de seus projetos de vida.

Foi diante das reflexões acima e da compreensão de que a base para o desenvolvimento da agricultura no Semiárido brasileiro se constrói a partir do acesso a água e ao alimento que surgiu o seguinte questionamento: em que medida o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) possibilitou o desenvolvimento de processos decoloniais, contribuindo para a segurança alimentar das famílias beneficiadas?

Com o propósito de buscar respostas ao questionamento apontado acima, além de revisão bibliográfica, realizou-se pesquisa de campo. O campo empírico abrangeu quatro municípios: Apodi, Caraúbas, Campo Grande e Janduís, todos pertencentes ao território SSertão do Apodi (Figura 1B). O referido Território se encontra localizado na mesorregião denominada Médio Oeste, do Estado do Rio Grande do Norte, conforme divisão territorial estabelecida pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). A opção por essa área de estudo se fez por duas razões principais: primeiro, por ser uma das regiões do Estado que agrega mais de 120 grupos produtivos, compreendendo associações, cooperativas, Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos e assentamentos (BRASIL, 2015), o que faz inferir que há uma maior incidência na articulação e mobilização das políticas públicas para o contexto rural; segundo, por ser o território do Estado com maior número de tecnologias construídas através do P1+2. Do mesmo modo, a escolha pelos três primeiros municípios se fez em razão do maior número de tecnologias de segunda água que estes apresentam se comparado aos demais. Por fim, a coleta de dados, também foi realizada no município de Janduís.

Figura 1 - Mapa do Território Sertão do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte: RN, 2022



(A)

(B)

Fonte: SANTOS, C. F. (2022).

Como instrumento metodológico, optou-se por entrevistas, com roteiro previamente estabelecido. A pesquisa foi realizada, inicialmente, com representantes de duas entidades executoras do Programa nos municípios escolhidos e, posteriormente, com 42 famílias que vivem em comunidades rurais e em assentamentos – estes se encontram geograficamente distribuídos conforme demonstrado na Figura 1A –, após a concordância de participação voluntária por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O critério estabelecido para a escolha das famílias foi que elas tivessem sido beneficiadas com o P1+2.

Na entrevista com as entidades buscou-se compreender o processo de mobilização e implementação do P1+2 abordando questões como: a escolha das famílias, as etapas de formação, a relação com o poder público e com outras organizações locais, os principais desafios. Já as entrevistas com as famílias beneficiadas possibilitaram o levantamento de um breve perfil das pessoas entrevistadas (idade, escolaridade, tempo na comunidade, renda, e número de pessoas que moram na casa). Em seguida, foram feitos questionamentos sobre: as formas de acesso à água, o plantio e a criação animal, a alimentação (antes e após o Programa P1+2), a importância e os impactos da segunda água no cotidiano das famílias, sobretudo na segurança alimentar.

Para a apresentação dos resultados, foi conservada a identificação dos entrevistados. Para tanto, utilizou-se de uma espécie de radical, “ENTR”, seguido de um número que representa a ordem das entrevistas realizadas.

A análise dos resultados foi feita mediante a abordagem da colonialidade/decolonialidade, conforme o entendimento de Quijano (2015), Maldonado-Torres (2007), Castro-Gómez (2012) e Mignolo (2008), cujo propósito foi refletir em que medida o P1+2 foi/é capaz de impulsionar processos decoloniais, fortalecendo a convivência com o Semiárido.

Esta escrita é parte dos resultados da pesquisa de doutorado de uma das autoras, apresentada sob o título “Você tem sede de quê? O programa de cisternas na promoção da segurança alimentar no semiárido brasileiro” ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética desta Universidade sob o nº CAEE10 53256521.8.0000.5537, sendo aprovada conforme informações presentes no parecer de nº 5.176.788.

O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E SUAS POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA E AO ALIMENTO

A seca no Nordeste é um fenômeno secular cujas consequências trágicas, no âmbito social e econômico, eram, comumente, naturalizadas. Somente a partir da "grande seca", que perdurou de 1877 à 1879, o fenômeno passou a ser objeto de preocupação governamental (Albuquerque Júnior, 1995). O cenário político, econômico, social que se conformou nesse período, contribuiu para um novo posicionamento governamental sobre o tema, a saber: a grande crise econômica do Norte global, com o declínio dos preços e das exportações do açúcar e do algodão; a evasão da mão de obra escrava para as províncias do Sul; a progressiva perda do espaço político por parte das elites das províncias; o descontentamento das camadas populares frente às mudanças e a crise econômica e social; e a mortandade do gado, que representava o declínio da elite pecuarista local. Dessa maneira, esse fenômeno passou a fazer parte das "preocupações" da classe política no momento em que não atingia "apenas os pobres e os escravos, mas quando se tornaram uma arma estrategicamente interessante na luta entre as várias elites do país, em torno do poder e dos investimentos" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 118).

É mediante esse contexto que a seca passa a ser um objeto mobilizador de narrativas e, portanto, estratégico para reivindicar recursos a baixos custos – ou até mesmo sem custo algum –, mas capazes de recuperar a economia da província. Albuquerque Júnior (1995) revela o favorecimento à elite, representada essencialmente pelos médios proprietários, evidenciando uma conjuntura de exploração e dominação que logo foi posta em questão. Ele identifica como essa elite se apropriava do discurso de naturalização da seca, "apagando" todas as outras visões que a caracteriza como uma questão social. É a partir desse cenário que vão se conformando as políticas de combate à seca.

As ações de desenvolvimento voltadas à agricultura familiar do Semiárido brasileiro seguiram também essa orientação. Nas últimas décadas, as discussões sobre agricultura familiar no Brasil vêm ganhando legitimidade, passando a fazer parte com maior frequência dos discursos de movimentos sociais, órgãos governamentais e segmentos do pensamento acadêmico (SCHNEIDER, 2009). É compreendida, no contexto desta pesquisa, enquanto categoria social, cuja análise se faz além da atividade econômica agrícola, voltando-se também para outras dimensões como a relação com a natureza, o patrimônio cultural e, sobretudo, a valorização dos saberes. Essa compreensão é pautada, em parte, nos estudos de Lamarche (1993), Wanderley (1998) e Veiga (1999).

Por décadas, o Estado brasileiro implementou políticas que objetivavam combater à seca e os seus efeitos, principalmente através de construções de grandes obras hídricas (hidrelétricas e açudes) e de doações de alimentos para as famílias vítimas das grandes estiagens. Tais ações se distanciavam da ideia de democratização do acesso à água e ao alimento à medida que não proporcionavam a sua distribuição igualitária, visto que muitas dessas obras eram construídas em propriedades privadas, beneficiando, apenas, os proprietários de terra (DINIZ; SANTOS; ROZENDO, 2022; SILVA, 2010; FURTADO, 1967).

Entre as décadas de 1950 e 1970, as políticas para o desenvolvimento regional foram delineadas e executadas sob a ótica da modernização e inovação tecnológica. No entanto, não foi capaz de superar o cenário de pobreza e desigualdades da região semiárida. A ampliação do processo de modernização econômica, expresso na construção de polos agroindustriais e na expansão da criação bovina, acentuou as desigualdades regionais. Tais políticas, no entanto, não se distavam dos modelos hegemônicos de desenvolvimento. No que concerne à agricultura, por exemplo, foi intensificado o modelo pautado na economia do agronegócio, sustentado até então "por uma ciência comprometida com os interesses econômicos hegemônicos" (AZEVEDO; ISAGUIRRE-TORRES; BORBA, 2019, p. 6), que, além de representar um regime produtivo e alimentar corporativo, pautado na exploração excessiva das águas, dos solos, da subutilização da mão de obra e do uso de veneno, "contribuiu para o silenciamento e a morte de outros saberes que co-evoluíram na relação dos camponeses com a natureza" (AZEVEDO; ISAGUIRRE-TORRES; BORBA, 2019, p. 6).

Desse modo, as políticas implantadas na perspectiva de combate à seca e de modernização agrícola se perpetuaram no decorrer das décadas, porém não sem resistências. A partir das duas últimas décadas do século XX ocorreram mudanças nas concepções sobre o desenvolvimento, especialmente para o Semiárido. Tais mudanças estão relacionadas ao contexto de redemocratização do Estado brasileiro, momento no qual foi possibilitado uma maior aproximação entre a sociedade civil e o Estado no que concerne ao delineamento e às construções de políticas públicas, sobretudo para a agricultura familiar. É nesse cenário, mais incluyente e participativo, que se fortalece o paradigma de convivência com o Semiárido, alicerçado pelos propósitos da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).

Formada por diferentes organizações sociais que atuavam no Semiárido, a ASA surgiu há pouco mais de duas décadas, na cidade do Recife, no Estado do Pernambuco, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes (COP-3) da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), com a missão de “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido” (ASA, 2020, n. p.). Nessa ocasião, a ASA lançou a Declaração do Semiárido, por meio da qual afirmava que “o Semiárido tem direito a uma política adequada” (ASA, 1999, p. 01), marcando o momento de sua consolidação como um espaço de articulação política da sociedade civil (SANTOS; ROZENDO; DINIZ, 2019). A referida declaração apresentava uma proposta de programa de convivência com o Semiárido. Em suas premissas estava a “quebra do monopólio do acesso à terra, à água e outros meios de produção” (ASA, 1999, p. 71) incluindo, dentre outros aspectos: o fortalecimento da agricultura familiar, a garantia de segurança alimentar, o uso de tecnologias e metodologias adequadas e a universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar (ASA, 1999). Para tanto, a ASA apresenta a cisterna de placas de cimento, propondo que ela se torne o elemento central nas políticas públicas de convivência com o Semiárido.

A proposta de convivência com o Semiárido, conforme a Declaração do Semiárido, sustenta-se em políticas que valorizam as potencialidades locais, a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento da sociedade civil, a participação das mulheres e dos jovens no processo de desenvolvimento, assim como aponta os meios para o seu financiamento. As ações de desenvolvimento que vêm sendo implementadas no Semiárido, mediante tal concepção, se constituem como processos inovadores de formação e mobilização social, que estimulam o surgimento de um “novo” saber (DINIZ, SANTOS E ROZENDO, 2022). Esse paradigma se relaciona ao estilo de vida e à produção de escolhas que respeitam e valorizam o conhecimento e a cultura local, através do uso de tecnologias e procedimentos apropriados ao contexto ambiental e climático (IRPAA, 2005).

Diante do exposto, e considerando o propósito desta análise, é importante compreender como os paradigmas previamente mencionados dialogam com a questão da colonialidade/decolonialidade. Para tanto, recorreremos, inicialmente, à compreensão dos seus conceitos.

OS PARADIGMAS DE “DESENVOLVIMENTO” SOB A ÓTICA DA COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE

O termo “colonialidade” foi anunciado pela primeira vez pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2010), sob o termo “colonialidade do poder”. Para ele, a colonialidade não deve ser confundida com o processo de colonização, que se refere ao domínio político e econômico das metrópoles sobre as colônias. A criação do termo “colonialidade” se fez através do propósito de compreender a ideia de raça a partir da sua distribuição dos lugares do mundo e da sociedade. Para o autor, o racismo e o etnicismo, expressos sob diferentes maneiras, estabelecem o princípio organizador da economia, da política e das diversas formas de poder e existência. A colonialidade foi engendrada dentro do colonialismo, mas perdura até os dias atuais sob a forma de poder racista/eticista.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial-ética da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal (QUIJANO, 2010, p. 84).

Segundo Quijano (1992), mesmo com a destruição da ordem política colonialista, a colonialidade é o modo mais geral de dominação predominante nos dias atuais: “ela não esgota, obviamente, as condições, nem as formas de exploração e dominação existentes entre os povos” (QUIJANO, 1992, p. 14). Tonial, Maheirie e Garcia Jr., (2017, p. 19) corroboram com esse entendimento ao considerar a colonialidade como uma “dimensão simbólica do capitalismo, que mantém as relações de poder que se desprenderam das práticas e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados”. Isso faz apreender que, mesmo com o fim do colonialismo, relações coloniais permeiam na sociedade sob diferentes formas. Essa “herança colonial” se expressa “entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os seres humanos [...]. Trata-se de uma relação de poder que opera pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas” (TONIAL, MAHEIRIE E GARCIA JR., 2017, p.19). Porém, vale salientar que a colonialidade do poder não diz respeito apenas às relações de desigualdades, frutos do monopólio do poder econômico e ao domínio cultural dos países centrais: ela também reproduz relações de hierarquização entre os conhecimentos, entre as diferentes classes sociais e entre os

diferentes modos de vida, as diferentes formas de pensar. Dessa maneira, evidencia-se que a colonialidade do poder, na perspectiva de Quijano, desencadeia a colonialidade do saber, dentre tantas outras.

Mesmo com as contribuições significativas de Quijano sobre a colonialidade, a sua matriz teórica diferencia-se das abordagens de Castro-Gómez (2012), sendo inclusive alvo de críticas deste autor, pois, para ele, as teorias de Quijano estão pautadas numa perspectiva universalista de poder que se aproxima das análises marxistas ao tratar das relações entre dominantes e dominados. Do mesmo modo, Santiago Castro-Gómez acredita que o erro do primeiro é se utilizar da ideia de colonialidade do poder e centralizar todas as análises das relações sociais em suas diversas dimensões. Ele esclarece ainda que Quijano, na sua abordagem sobre a colonialidade, impede a compreensão do *modus operandi* das heranças coloniais na América Latina, uma vez que sua perspectiva macrosociológica expressa a colonialidade do saber e a colonialidade do ser como “derivações” da colonialidade do poder (CASTRO-GÓMEZ, 2012).

Partindo do entendimento de que não há colonialidade dotada de uma mesma racionalidade em todas as suas manifestações – referindo-se aqui a racionalidade apontada por Quijano, que se faz basicamente no nível de exploração étnico-racial do trabalho à escala planetária –, Castro-Gómez (2012) sugere que a colonialidade do saber, do poder e do ser sejam analisadas distintamente. Para o autor, a colonialidade do poder expressa a dimensão econômico-política das heranças coloniais; já a colonialidade do saber se relaciona à dimensão epistemológica dela; e a colonialidade do ser, à sua dimensão ontológica. Por essa razão, a análise não se deve partir da colonialidade do poder para entender todas as relações hierárquicas na América Latina, nem pode se restringir a uma vertente macrosociológica. Assim, ele reconhece a importância de considerar as relações de poder que permearam (e permeiam) esse continente, sobretudo com o intuito de superar a tensão entre a filosofia moderna europeia e a filosofia latino-americana.

Para Maldonado-Torres (2007), a colonialidade se refere a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas, em vez de ser limitado a uma relação de poder formal entre dois povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, por meio do mercado capitalista e da ideia de raça. A colonialidade sobrevive ao colonialismo e se expressa através dos manuais de aprendizagem nos critérios de bom trabalho acadêmico, na cultura, no bom senso, na autoimagem de povos, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos da nossa experiência moderna. Em certo sentido, respiramos colonialidade em modernidade no dia a dia. Castro-Gómez (2012) e Maldonado-Torres (2007) buscam conceituar a colonialidade mediante as três dimensões já citadas: do poder, relacionando-a às formas modernas de exploração e dominação; do saber, cujo propósito é analisar como o conjunto das epistemologias e da produção do conhecimento na tradição europeia reproduzem os regimes de pensamento colonial; e a colonialidade do ser, que busca esclarecer os efeitos da colonialidade nas experiências vividas.

Do mesmo modo, Mignolo (2008) alerta que essa matriz colonial de poder é um tipo de controle que está baseado na questão da visibilidade que é privilegiada pelas epistemologias modernas. Essa matriz dá visibilidade a determinadas formas de existência e saberes ao passo que causa invisibilidade a outras, tornando-as inferiores às demais. Para o autor, a colonialidade do saber se assenta na dimensão epistemológica da colonialidade. É corroborando com a perspectiva crítica pós-colonial dos autores previamente citados que Mignolo defende que a desobediência epistêmica constitui num processo inicial para a decolonização do saber e para o desprendimento das racionalidades modernas.

As relações de colonialidade são passíveis de serem compreendidas em escala local, em uma dimensão menor, a partir de um determinado contexto ou realidade que se pretenda analisar. Dizer que a reflexão da colonialidade se deve fazer unicamente através da colonialidade do poder em vistas a uma racionalidade planetária é incorrer no risco de se produzir novas colonialidades, sejam culturais, epistêmicas e/ou de poder.

Analisar as formas de conhecimentos que instigaram as políticas de combate às secas e de modernização agrícola, por exemplo, e refutá-las sob a ótica da colonialidade do poder, do saber e do ser, poderá contribuir para a diversidade epistemológica sobre o Semiárido. Compreende-se, assim, que os paradigmas anteriormente citados (combate à seca e o da modernização agrícola) se construíram operando na lógica da colonialidade nas três principais dimensões: do poder, do saber e do ser. De acordo com Silva e Pereira (2020, p. 362), os discursos através dos quais se afirmam “a necessidade de acabar com o limite da semiaridez e combater a seca, por exemplo, se materializaram na indústria da seca” que, na perspectiva de Baptista e Campos (2013, p. 52), tem gerado “a

concentração da terra, da água, do saber, do poder e o aumento crescente da fome e da miséria no Semiárido”.

Desse modo, as políticas de combate à seca não foram capazes de resolver o problema da fome e do acesso à água que assolava o Semiárido nordestino. Ao contrário, originaram colonialidades expressas na indústria da seca e no coronelismo (fenômenos coloniais originados pela própria lógica de combate à seca). A indústria da seca revela um contexto de exploração política da miséria do povo sertanejo e de apropriação de recursos públicos pelas oligarquias locais (SILVA, 2010). Por sua vez, o coronelismo se constituiu uma forma de colonialidade à medida que cria relações de dominação política dos proprietários de terras (bem como das águas e, conseqüentemente do alimento) sobre as famílias mais vulneráveis; expressa, ainda, a denominação econômica que se faz através da posse da terra, do controle das atividades comerciais e do monopólio no uso das informações. Do mesmo modo, as políticas de modernização agrícola no Semiárido possibilitaram “a colonização dos bens naturais e ocasionou invisibilidade, marginalização, expropriação de territórios e do modo de vida camponês da região, isto é, a colonialidade da natureza” (SILVA e PEREIRA, 2020, p. 366).

No paradigma de combate à seca, assim como no paradigma de modernização agrícola, o acesso ao alimento se fazia, basicamente, mediante a doação de cestas básicas pelo Governo Federal às famílias alistadas nos Programas de Emergências. No entanto, essa ação perdurava, unicamente, durante o período de estiagem, não possibilitando aos atingidos pela seca a prática do estoque da água nem do alimento. Também, não se concretizava numa ação capaz de promover o desenvolvimento regional, haja vista que se caracterizava como transitória (CASTRO, 1984).

Sobre o paradigma da convivência, a apreensão que se faz, inicialmente, é que as políticas e demais ações desenvolvidas sob essa ótica têm convergido para um processo de decolonialidade à medida que desprezam hierarquizações nas relações de trabalhos, dos saberes e do modo de vida das famílias beneficiadas. “Além disso, as tecnologias sociais enfraquecem a colonialidade do poder local sobre a população, visto que não se aceita mais, por exemplo, trocar voto por água” (SILVA e PEREIRA, 2020, p. 376).

Nesse sentido, a seção a seguir tratará dos resultados da pesquisa empírica, iniciando com a demonstração do processo de implementação do P1+2 nos municípios, de mobilização das famílias e de formação. Em seguida, apresenta-se as diferentes formas de acesso à água e ao alimento antes e após a implementação da tecnologia, enfatizando as principais mudanças que o P1+2 ocasionou na vida das famílias beneficiadas, principalmente na segurança alimentar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sertão do Apodi: um Território de desafios, lutas e conquistas

O sertão do Apodi se destaca pela sua história de resistência quanto ao modelo de desenvolvimento oriundo das políticas desenvolvimentistas implantadas na região. É um dos territórios do estado onde se vivenciou um processo de luta mais explícito, em busca do acesso à terra e à água e, de modo conseqüente, ao alimento. Destaca-se, ainda, pela busca de um modelo de desenvolvimento voltado para a realidade local, em que os sujeitos sociais e políticos se inserem como protagonistas desse processo. Essa questão pode ser evidenciada através do trabalho de Nunes, Gondim e Silva (2019), que, embora não seja o objetivo principal desta análise, possibilita um olhar sobre os modelos hegemônico e contra-hegemônico de desenvolvimento instaurados nesse território.

Segundo esses autores, o modelo de desenvolvimento predominante no Território foi pautado, inicialmente, na hegemonia da cultura do algodão e da bovinocultura, que se perpetuou entre as décadas de 1940 e 80, seguido da implantação de grandes projetos governamentais desenvolvidos sob a lógica da modernização agrícola. A construção da barragem Santa Cruz, no ano de 2002, representa esta lógica. Ela tem impulsionado mudanças na atividade econômica dos agricultores familiares em virtude da ação permanente de atores externos com a instalação de grandes empresas multinacionais, dando uma nova configuração às estruturas de desenvolvimento que predominam ainda nos dias atuais. No que concerne aos agricultores familiares, por exemplo, a construção dessa obra forçou-os a vender suas terras para as multinacionais, levando-os a trabalhar como empregados assalariados, modificando a sua identidade de agricultores e pescadores, o que revela um processo de dominação assentado nas dimensões do poder, do saber e do ser. Dessa maneira, a fruticultura irrigada se tornou a principal atividade a ser desenvolvida no território, provocando intensas mudanças no meio rural, devido, principalmente, ao intenso processo de apropriação do espaço que se fez – e se faz – em

função da expansão dos interesses econômicos impetrados pelas empresas agroexportadoras instaladas na região (SOUSA; LOPES; SILVA, 2012).

Nos anos 1990, a agricultura familiar iniciou uma significativa reação ao modelo desenvolvimentista que vinha se afirmando na região. Essa resistência se intensificou, inicialmente, com o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), e depois com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, impulsionando o surgimento dos projetos de assentamento de reforma agrária (NUNES; GONDIM; SILVA, 2019), o que representa processos de superações hierárquicas constituídas no campo do poder, do saber e do ser, e também na dimensão ambiental. Atualmente,

O território Sertão do Apodi traz ricos aprendizados de convivência social e ambiental, que se dão a partir da existência de um amplo capital social constituído por várias organizações de mulheres, homens jovens e adultos, bem como de experimentos inovadores na área agrícola, dado as várias tecnologias agroecológicas para a convivência no Semiárido, que vem resultando em excelentes processos de recuperação de solo, da água e da caatinga, que para além de assegurar a renda, o equilíbrio ambiental, configuram-se na perspectiva da geração de energia renovável (BRASIL, 2015, p. 1).

Foi diante desse cenário de mobilizações e conquistas que os agricultores familiares do território Sertão do Apodi se fortaleceram enquanto sujeitos promotores de suas próprias práticas agrícolas. Suas ações foram ressignificadas, fazendo emergir, ou melhor, fortalecer um modelo de desenvolvimento alternativo ao ora posto, pautado na conquista do acesso à terra, no estímulo da produção familiar livre de agrotóxico e na conquista de espaços solidários de comercialização e de venda direta.

O território é banhado pelas bacias hidrográficas do Rio Piranhas-Açu e do Rio Apodi-Mossoró, consideradas as maiores bacias hidrográficas do Estado. No entanto, esse fato não garante à sua população o acesso democrático à água. De acordo com Santos *et al.* (2016, p.101), quando se analisa a escassez hídrica no contexto da agricultura familiar, a realidade é mais preocupante, pois “além de estarem à margem de tecnologias e políticas públicas que possam vir fortalecer a sua vivência no campo, muitos agricultores familiares não dispõem de terra e água para, sequer, garantir a produção para o consumo alimentar”.

Uma ação importante para a amenização desse problema é o P1+2, que tem como objetivo assegurar água para a produção e a criação animal de pequeno e médio porte no período de estiagem.

Discursos e práticas sobre o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2): água e alimento como instrumentos de decolonialidade

Segundo informações obtidas nas entrevistas com as entidades executoras do P1+2 no Território Sertão do Apodi, o processo para a implementação do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) se inicia com o levantamento da demanda pelas tecnologias nos fóruns das associações de cada município. O resultado é levado para as reuniões da ASA microrregional, depois segue para a ASA estadual até chegar na ASA Brasil. Quando o financiador lança o edital, já está definida a área onde as tecnologias serão construídas, assim como a quantidade e os tipos de tecnologias a serem implementadas. Após a publicação do edital, são selecionadas entidades para a implementação do programa. Estas, são submetidas a uma espécie de “disputa” em assembleia, realizada no âmbito da ASA Brasil. Após a definição de quais entidades ficarão responsáveis pela execução em determinados municípios, seus representantes (o coordenador da instituição e a pessoa responsável pela coordenação do Programa) participam de uma etapa de formação, que geralmente acontece em três dias corridos, na cidade do Recife/PE, na sede da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC). Nesse momento, também, ocorre a assinatura do contrato entre a AP1MC e as entidades executoras. As experiências adquiridas nessa formação são reproduzidas, no âmbito local, com os técnicos que vão atuar como animadores¹ nesse processo.

Quando a instituição chega no município para executar o Programa, é feita, inicialmente, uma conversa com o poder público local e com a sociedade civil, em que é apontada a necessidade da criação de

¹ O trabalho de animador de campo parte desde a identificação das famílias, juntamente com o técnico da instituição, o acompanhamento do trabalho dos pedreiros, até a entrega da tecnologia. No final, ele apresenta um relatório à entidade executora sobre todo o trabalho realizado.

uma Comissão Executiva Municipal (CEM), que deve ser composta por representantes de diferentes entidades e organizações locais – como fórum das associações, igrejas, sindicatos e, às vezes, professores. Nos municípios que têm associações rurais articuladas, há a participação de seus representantes. A criação dessa comissão é uma exigência por parte do Programa, e sua finalidade é acompanhar todo o processo de execução. Após formada a Comissão, é realizada uma capacitação de um dia e meio, explicando toda configuração do Programa. As entidades executoras é que capacitam essa CEM. A partir de então, a Comissão elege uma pessoa para acompanhar a escolha das famílias, a entrega do material, os intercâmbios e todo processo de implementação das tecnologias. Geralmente, a Comissão é constituída por três pessoas, e já vem assegurado no próprio projeto o recurso para subsidiar o deslocamento das mesmas.

Quanto à escolha das famílias, além dos critérios de renda per capita familiar de até meio salário mínimo, inscrição no cadastro único para Programas Sociais (CadÚnico), registro de Número de Identificação Social (NIS) e de dispor da cisterna de primeira água, é necessário que elas atendam à lógica de produção voltada para a agricultura de base familiar.

Os editais não contemplam necessariamente todas as tecnologias que compõem o P1+2. Em um dos termos executado por umas das entidades entrevistadas, por exemplo, já vinham definidas, no próprio edital, os tipos de tecnologias a ser implementadas: cisterna-calçadão, cisterna-enxurrada e barreiro-trincheira. Das 42 famílias entrevistadas, 28 foram beneficiadas com a cisterna do tipo calçadão, 12 com a enxurrada e apenas duas com o barreiro-trincheira.

Ainda sobre o tipo de tecnologia a ser implementado, são considerados alguns critérios técnicos, como solo, formação rochosa, tamanho da área e proximidade dos sistemas produtivos (ASA, [20--]). Há situações em que as famílias, para não deixar de ser beneficiadas, aceitam ficar com determinadas tecnologias que não são, inicialmente, do seu interesse. Há também o critério técnico que deve ser levado em consideração para uma determinada tecnologia (solo, tamanho e nível de inclinação do terreno, por exemplo). Houve situação em que a família escolheu o barreiro-trincheira, mas devido às características do solo, não foi possível. Nesses casos, o critério técnico ajudou nessa definição.

Segundo o ENTR29, se fosse possível escolher, tinha feito a opção pela cisterna-calçadão, “porque, zelando dela, a água servia até para beber. A de enxurrada só serve para irrigar as plantas e para os animais”. Na realidade, o que preza nas diretrizes do Programa é o uso da água para produção. Já a família do ENTR19 foi beneficiada com o barreiro-trincheira. A opção por essa tecnologia foi feita pela própria família porque precisava de um reservatório de água no lote, onde criam os animais.

A água dá para o gado beber até o mês de outubro. Quando a água acaba, é preciso levar de carroça, em tambores, para os animais beberem. Melhorou porque a gente não precisa mais levar água na carroça o ano todo para os animais beberem lá no lote (ENTR19, 2021).

A água do barreiro-trincheira é destinada unicamente para os animais. Se a escolha da tecnologia acontecesse hoje, a família optaria pela cisterna-calçadão porque acredita que daria para os animais beberem o ano todo. Apesar de diminuir a penosidade do trabalho, a família ainda precisa levar água para o lote. Antes da tecnologia, era preciso fazer esse trabalho durante o ano inteiro; agora, só nos últimos meses do ano – isso depende muito de quando o inverno se inicia. O problema do barreiro-trincheira, segundo o entrevistado, é que, com o passar do tempo, por não ter barramento firme nas suas margens, entra bastante areia, diminuindo a sua capacidade de armazenamento de água.

As tecnologias de segunda água agregam projetos de incentivo à produção. A escolha desses projetos produtivos é feita pelas próprias famílias. Como se trata de incentivo à produção ao redor da casa, abrangem cultivos de hortaliças, fruteiras, criação de animais de pequeno e médio porte (galinhas, ovinos e caprinos). Das famílias entrevistadas, oito receberam mudas de plantas frutíferas e de hortaliças, 10 receberam galinhas, 11 foram beneficiadas com ovelhas e uma com caprinos. 12 famílias informaram que não receberam esse incentivo ou não lembram que receberam. Além dos animais e das mudas, o Programa dispõe de materiais para melhorar a infraestrutura da área de produção (como arame, tela, tijolos, cimento).

Como contrapartida, é exigido que a família acomode o pedreiro entre 3 a 4 dias. É possibilitado a esta escolher o servente, mas o recurso para o seu pagamento advém do Programa. Também é exigido que alguma pessoa da família participe do encontro para apresentação do Programa, dos cursos de formação sobre Gerenciamento de Água para Produção (GAPA) e sobre Sistema Simplificado de

Manejo de Água (SISMA), bem como do curso sobre formação de pedreiro/cisterneiro, inclusive com aulas práticas, assim como das visitas de intercâmbios. Antes da implantação da unidade produtiva, a entidade leva a família para visitar as experiências de outros agricultores de comunidades vizinhas do mesmo município ou de município vizinho ou até mesmo de estados vizinhos. É instigado, nos momentos de intercâmbios, que os agricultores estejam expondo as suas experiências, socializando-as com os demais. Isso é feito através de depoimentos e/ou da apresentação de desenhos. Há situações em que é explicado o custo econômico e a viabilidade da sua produção. A instituição utiliza dessas experiências e, geralmente, as apresenta em outros municípios.

Além da dificuldade da qualidade do solo para a implantação da segunda água nas cidades que trabalhou como animador de campo, o ENTR18 falou da dificuldade da contrapartida por conta das famílias:

Mas isso não era muito frequente – em torno de 10% das famílias. Nas reuniões já era firmado isso, a contrapartida da família. E, às vezes, tinham algumas famílias que “dava o corpo de banda”, aí ficava difícil de concluir. Mas, isso foi o mínimo. Às vezes, a gente percebia que era por questões financeiras, mas no caráter produtivo vinha uma cesta básica, já para ajudar.

Através dos relatos de alguns entrevistados, evidenciou-se que há arrependimento por parte de algumas famílias que não quiseram a tecnologia de segunda água na época da sua implantação. Isso se deve ao fato delas perceberem a importância que essas tecnologias têm para o armazenamento de água durante o ano todo, seja para o consumo doméstico, seja para o plantio e/ou criação animal, seja para ambas as finalidades.

Quanto aos cursos de formação, aconteciam na própria comunidade. Das 42 famílias entrevistadas, apenas 5 informaram que ninguém da casa participou desses momentos de capacitação. É através desses momentos que o P1+2 dialoga com a perspectiva de decolonização do saber à medida que converge para uma nova construção epistêmica, fundamentada na soma das experiências dos agricultores e dos técnicos. Além disso, esse conjunto de saberes constituído pelos sujeitos envolvidos nos processos de implementação do Programa são articulados sempre com a realidade do local, possibilitando a reafirmação do ser agricultor.

Do total de entrevistados, um participou da execução do P1MC enquanto beneficiário e cisterneiro. Sobre as cisternas de primeira água na sua comunidade, declarou que

Inicialmente, foi feita capacitação sobre a importância dessa água e o gerenciamento dessa água. E, logo em seguida, a capacitação em mão de obra mesmo, para você ficar capacitado para futuramente. Eu fui um que construiu muitas cisternas, juntamente com a Terra Viva, Coopervida, Diaconia, Sertão Verde. Várias instituições começaram a construir cisternas pelo P1MC em todo o Nordeste, principalmente no Semiárido. Eu construí em Olho D'Água dos Borges, Messias Targino, Campo Grande, Janduís. Além do aprendizado, a gente ainda ganhava um dinheiro bom. Na época, ganhava em torno de R\$450,00 por cisterna. A gente conseguia montar entre uma e uma e meia cisterna por semana. Era muito bom. Passava quinze dias lá, aí voltava, passava um final de semana em casa. Montava uma equipe, no caso, era eu como cisterneiro e levava dois companheiros como servente. Lá, pegava a família que era beneficiada, também no processo de capacitação. Envolvia a família no processo. O dono da casa se tornava servente, depois já estava batendo placa com a gente, sentando placa, escorando, rebocando. No final, quando a gente saía, o “caba” já estava capacitado também. Foi muito interessante. Esse Programa P1MC foi muito bom. Tanto melhorou a questão hídrica como capacitou muita gente (ENTR13, 2021).

O entrevistado revelou que não participou do curso de pedreiro para execução das tecnologias de segunda água devido à complexidade da própria estrutura que elas apresentam, referindo-se, especialmente, à cisterna-calçadão e à cisterna-enxurrada.

Percebe-se assim que o P1+2 possibilita o desencadeamento de decolonialidades, expressas, inicialmente, na dimensão do poder. E isso se deve à metodologia empregada para o processo de implementação da tecnologia e de escolha das famílias que, na realidade dos municípios estudados, se faz sem a interferência política dos poderes públicos. Em contramão, a opção que é dada – ou não

– às famílias de escolherem a tecnologia que desejam é limitada pelas próprias determinações explicitadas nos editais de execução, como também por alguns critérios técnicos, como tipo de solo e tamanho do terreno, por exemplo. Essas questões, somada à restrição financeira das famílias para cumprir a contrapartida exigida pelo Programa, são, portanto, consideradas fatores limitantes ao processo de decolonialidade.

A decolonialidade do saber ou do conhecimento se faz por meio da pluralidade dos saberes mobilizados desde as primeiras discussões para a formatação do Programa, perpassando todas as suas etapas de execução, se propagando, ainda, diariamente nas atividades de produção. Já a decolonialidade do ser é exercida por meio do fortalecimento da identidade do ser agricultor, assim como do sentimento de pertença. As oportunidades que o Programa oferece aos agricultores de exercerem uma nova profissão – seja de pedreiros, cisterneiros ou animador de campo – nas comunidades em que vivem – ou até mesmo fora dela – representam um contexto de decolonialidade do fazer (dimensão não considerada na literatura até aqui estudada).

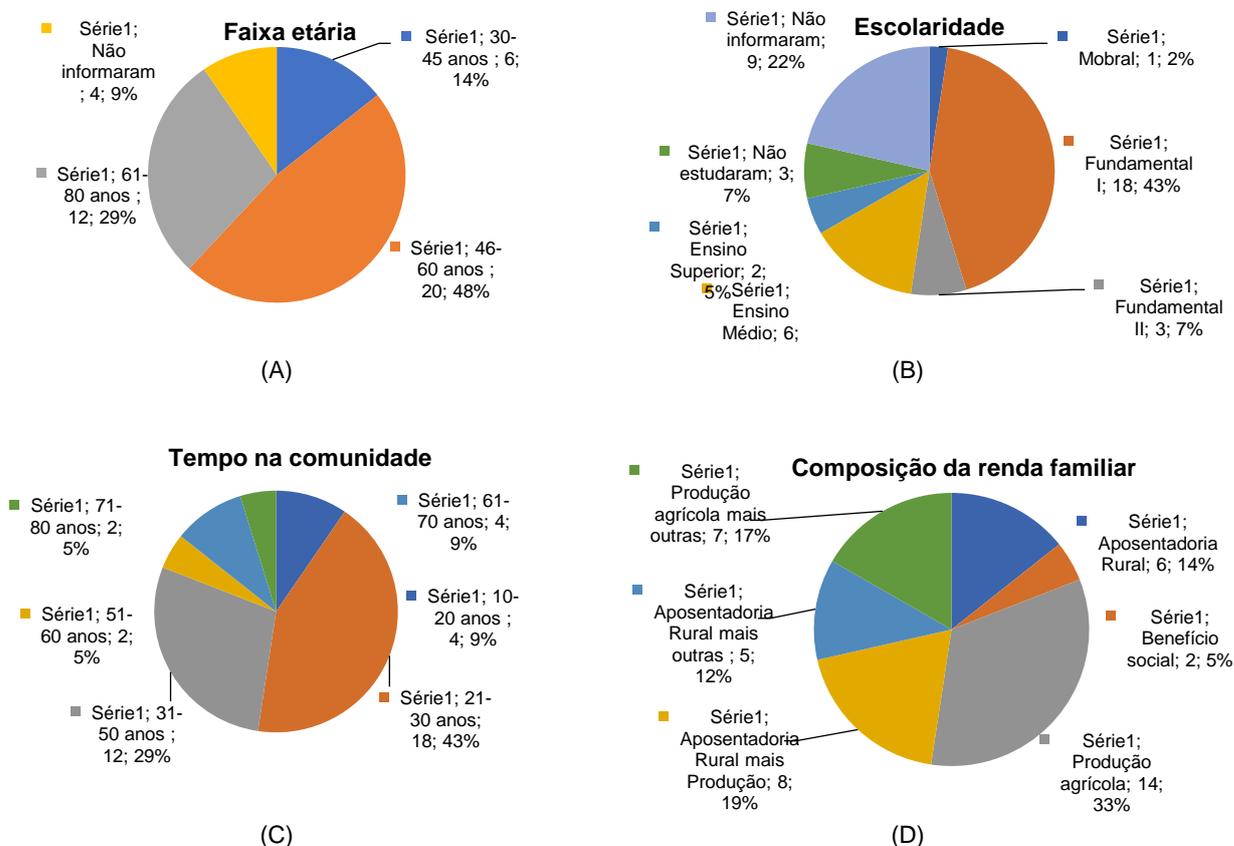
Caracterizando os sujeitos da pesquisa

A idade das pessoas entrevistadas varia de 31 a 79 anos: 14% possuem idade entre 30 e 45; 48% têm entre 46 e 60 anos; e 29% entre 61 e 80 anos (Figura 2A). Quanto à escolaridade, 7% informaram que não estudaram; 43% têm escolaridade no Ensino Fundamental I (entre 1ª e 4ª série) e 7% no Ensino Fundamental II (entre 5ª e 8ª série); as pessoas que cursaram até o Ensino Médio representam 14% dos entrevistados; e somente 5% possuem Ensino Superior (Figura 2B). Do total de 43% que cursaram o Ensino Fundamental I, 80% dos entrevistados informaram ter cursado apenas as duas primeiras séries dessa modalidade, por isso leem e escrevem pouco – alguns apenas assinam o nome. Foi registrada uma situação de desistência de um curso superior em virtude da dificuldade de acesso à Internet na comunidade e da disponibilidade de equipamentos de informática para cursar, visto que o curso acontecia na modalidade à distância. Ao fazer um cruzamento direto das informações, pode-se perceber que as pessoas que possuem maior escolaridade (Ensino Médio e Graduação) se encontram na faixa etária entre 30 e 45 anos de idade. Evidenciou-se, através das falas dos entrevistados que “não estudaram”, que a dificuldade ou impossibilidade de frequentar à escola estava relacionado à questão do acesso, pois muitos tinham que se deslocar para a cidade, sem dispor de um meio de transporte adequado para tal. Em algumas situações, foi sinalizado que a prioridade, por parte dos seus pais, era o trabalho na agricultura para ajudar no sustento da família.

Sobre o tempo que mora na comunidade, 9% responderam fazer entre 10 a 20 anos; 43% residem no local entre 21 e 30 anos; 29% fazem entre 31 e 50 anos que moram na comunidade; 9% moram na comunidade entre 51 e 60 anos e 5% pessoas responderam fazer entre 61 a 70, o mesmo percentual daqueles que moram entre 71 a 80 anos (Figura 2C). A maioria dos entrevistados que compõem a faixa etária entre 51 a 80 anos sequer chegaram a morar na cidade. Destes, muitos informaram ter nascido na própria comunidade. Com relação ao número de pessoas que moram na casa, 64,28% das famílias entrevistadas informaram ter entre uma e 4 pessoas na casa; 33,33% têm entre 5 a 8 pessoas. E, uma família informou que 11 pessoas residem na mesma casa.

A renda familiar é composta por diferentes fontes: aposentadoria rural, benefício social (Auxílio-Doença, Bolsa Família) comércio, cargo público e produção agrícola (criação animal ou plantio). A maioria dos entrevistados, 59%, revelou ter renda proveniente da produção agrícola, seja através da criação de animais e/ou do cultivo da agricultura. Destes, 33% vivem unicamente da produção agrícola. Outra fonte de renda que merece destaque é a aposentadoria rural: 26% das pessoas entrevistadas possuem renda advinda dela; destes, 14% também possuem outras fontes de renda (benefício social, cargo público e/ou comércio) (Figura 2D).

Figura 2 - Perfil dos entrevistados (faixa etária, escolaridade, tempo na comunidade e fonte de renda): Semiárido, 2022



Fonte: os autores (2021).

Quando se observa a faixa etária dos entrevistados, na Figura 2A, pode-se perceber que, pelo menos, 19% estão na faixa etária que se enquadra na aposentadoria rural (55 anos para mulheres e 60 anos para homens) – um número inferior ao de pessoas que declaram ter renda advinda desse tipo de aposentadoria. Isso está relacionada ao fato de as pessoas entrevistadas terem sido questionadas sobre as principais fontes de renda da família, porém, nem sempre era ela a que detinha a aposentadoria.

Do total de entrevistados, 50% informaram que a renda é da produção agrícola (produção agrícola e produção agrícola mais outras). Comparando essa informação com a faixa etária (Figura 2A), é possível inferir que das pessoas que não se encontram em idade de aposentadoria (81%), mais da metade vivem unicamente da produção agrícola. Os demais possuem cargo público, comércio ou benefício social.

Das famílias entrevistadas, 19% utilizam a água da tecnologia apenas para a produção agrícola (plantio ou pecuária); 17% a usam para os serviços domésticos; 62% para produção e serviços domésticos. 75% informaram que as tecnologias, tanto de primeira como de segunda água, necessitaram de alguma manutenção, e isso tem origem diversa: necessidade de renovação de pintura, rachaduras, desabamentos, falhas durante a construção resultantes do uso de material (cimento) insuficiente e/ou de má qualidade.

Observou-se que há uma tendência de as famílias fazerem alguma adaptação no tipo de tecnologia recebida e também na finalidade do uso da sua água. As cisternas-enxurradas foram quase todas adaptadas pelas famílias, de maneira que não recebessem a água do terreno, pois a consideram suja, portanto, imprópria para o uso doméstico. Ao serem adaptadas, as tecnologias passam a ser abastecidas de maneira secundária: através de água de poços, de açudes e, no período de estiagem, por carros-pipas. Cabe salientar que, conforme as diretrizes do Programa, a água estocada nesses

reservatórios deve ser destinada para o plantio de fruteiras e hortaliças, bem como para a criação animal de médio e pequeno porte. Como as famílias ainda apresentam essa carência de estoque de água para o uso doméstico, acabam atribuindo-lhe essa finalidade.

Formas de acesso à água, plantio, criação animal: a realidade antes e depois do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)

O acesso e o armazenamento de água, assim como as formas de plantio, antes das tecnologias de segunda água, apresentaram-se de modo comum na fala dos entrevistados. A ENTR31, do Assentamento Bom Futuro, revelou que as dificuldades eram tão grandes que se lutava para sobreviver:

Quando chovia, ia enchendo as vasilhas e depois, quando a água de chuva acabava, aí a gente pegava nas cacimbas. [...]. Não tinha muito reservatório de água, eram poucos. A gente tinha que carregar água em jumento, nas ancoretas, ia pegar no açude. No tempo que conseguiram esse poço para cá, tinha dias que eu e minha menina passava das sete horas, muitas vezes, até as doze, numa carroça. Nesse tempo, as coisas já foram melhorando porque a gente pôde comprar uma carroça, aí a gente botava um jumento, botava uma pipa, a gente fez um jeito de comprar uma pipa. Tinha dia que eu e ela passava das sete ou oito horas, dependendo do horário que dava para ir, até às 12, uma hora da tarde para pegar água no poço, porque tinha que ir num horário que não pegasse gente. Era na carreira, indo e voltando. Isso todo mundo, não era só eu não. Porque nessa época não tinha energia, era através do vento, então a gente ia esperar aqui pegar aquela hora que tivesse ventando para a gente ter direito a ter a água. [...] Essa água não servia para beber, porque a água desse poço é salgada. Só que, com o passar do tempo, ela foi melhorando e usando muito mais. E foi o tempo que chegou energia, então as coisas foram melhorando. Até porque, assim, depois que chegou energia, o uso foi maior, a quantidade de água foi maior. Aí tudo melhorou mais para a gente. Mas, de beber mesmo, a gente pegava na cacimba, mas também a gente saía daqui às quatro horas da madrugada, chegava lá, às vezes, já tinha duas ou três pessoas esperando, a aguinha pouca. Sei que foi muito sofrimento, mas graças a Deus hoje está tudo melhor (ENT31, 2021).

A realidade da família da entrevistada referenciada acima não dista da realidade das demais famílias que vivem no mesmo assentamento e, também, nas comunidades e municípios vizinhos: a origem da água de beber (em especial, no período seco), antes da implementação do P1MC e do P1+2, era de cacimbas escavadas em suas propriedades ou em propriedades de terceiros. Já, a água para os serviços domésticos e para os animais era de açudes, poços (geralmente, de águas salinas) e/ou de cacimbões (poços amazonas). Também era comum a forma de transporte dessa água, que se fazia por meio de jumentos com ancoretas, roladeiras ou carroça com tinhas ou pipas, e até mesmo com lata d'água na cabeça. As mulheres eram as que mais sofriam para que a família pudesse dispor de água para as necessidades básicas.

As tecnologias de segunda água têm importância múltipla para as famílias beneficiadas. Agora, principalmente as mulheres, não precisam mais acordar na madrugada, tendo que se deslocar para pegar água com lata na cabeça ou de carroça para o consumo de, apenas, dois dias. "Nunca mais botei água, que eu botava muito" (ENTR37, 2021). A entrevistada trazia água da cacimba e do açude: "hoje está melhor, né?" Nunca mais botou lata d'água na cabeça, não", reforça o esposo da entrevistada. Realidade que não distava das outras mulheres entrevistadas.

Para Sen (2010), o ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento. A mudança nas suas rotinas, em virtude de não ser mais preciso dedicar várias horas do dia no transporte de água para o consumo da casa, possibilita, às mesmas, a busca por novas conquistas.

As tecnologias de segunda água servem de reservatório para o estoque da água, seja da chuva ou para o abastecimento advindo de outras fontes, como poços, açudes e da operação carro-pipa, ainda muito comum no período de estiagem. "A água é estocada, armazenada para quando a bomba der problema, ter um reservatório de água, guardada para o uso. A bomba já deu problemas muitas vezes, e nem sempre as pessoas estão com dinheiro para mandar consertar" (ENTR31, 2021).

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, as tecnologias de segunda água assumem a importância de reservatório de água, cujo abastecimento se faz de múltiplas maneiras (chuvas, poços, açudes e carro-pipa, seja com recursos próprios, seja através do poder público local). A preocupação

em manter a cisterna sempre cheia é uma forma de prevenção para quando ocorre algum problema nos sistemas de adutoras das comunidades que dispõem desse serviço, como é o caso do assentamento Moacir Lucena e da comunidade Ameno, em Apodi; no assentamento Bom Futuro, em Campo Grande; no assentamento Santa Agostinha, no município de Caraúbas; e na comunidade Arrimo, em Janduís. Os dois primeiros assentamentos aqui referidos e a comunidade Arrimo foram beneficiados com o Programa Água Doce², através do qual foram instalados dessalinizadores para melhorar a qualidade da água, deixando-a apta para o consumo humano. Atualmente, essa é a principal forma de abastecimento de água das famílias que lá vivem. Percebe-se, contudo, a importância de outras formas de abastecimento para potencializar o estoque e o acesso à água por parte das famílias beneficiadas.

Em relação ao plantio antes das tecnologias, este era limitado à cultura de sequeiro – realidade também comum às famílias entrevistadas. Não havia quintais produtivos, nem fruteiras e hortaliças ao redor das casas devido à limitação das águas, em especial, nos períodos de estiagens. A segunda água veio para incentivar a produção, mas a família referenciada na fala anterior usa a água para os serviços domésticos. Também as galinhas bebem do “cisternão” (denominação atribuída pelos agricultores à cisterna de 52 mil litros). Esse grupo familiar não produz outros insumos porque o terreno não é apropriado. O gado que cria bebe no açude. A água do cisternão não dá para o consumo de casa o ano todo. No período de seca, ele é abastecido pelo açude da própria comunidade, para o qual é pago R\$40,00 para o transporte (R\$8,00 cada pipa). Contudo, a família afirma que, se não tivesse o calçadão, não teria onde armazenar a água. Antes, eles carregavam água em tinhas, na carroça. Todos os dias era preciso pegar duas ou três tinhas (de água).

É evidente nas falas dos entrevistados seguintes a importância do P1+2 na produção de alimentos. Antes, a família plantava apenas cultura de sequeiro. Com a chegada dessa tecnologia de segunda água, eles dispõem de hortaliças, frutas e verduras ao redor da casa, plantadas sem o uso de agrotóxico. “Antes do cisternão, não tinha essas polpas para vender. O cisternão fez diferença para a produção de polpas, porque, se não fosse o cisternão, eu não tinha essas acerolas que tenho aí. Tenho 16 pés de acerola. Fez uma diferença boa, eu achei”, afirma o ENTR15. Do mesmo modo, essa importância pode ser percebida através do depoimento abaixo:

O mais importante é porque ela deu oportunidade para a gente produzir o produto. E a gente tá em casa. Se a gente tem essa cisterna, ela não deve parar. Além de positiva, ela é de grande importância porque a gente pode produzir o alimento sem o produto agrotóxico, ou seja, a gente pode produzir ele agroecologicamente. Até macaxeira a gente conseguiu produzir. Comemos muita macaxeira [...]. A água é utilizada no plantio, nas plantas de hortaliças, bananeira, laranjeira, acerola. Nós temos o quintal produtivo na realidade. Antes da cisterna-calçadão não tinham essas plantas. Na realidade, a cisterna-calçadão, ela foi uma alternativa muito boa, porque a gente pode armazenar a água e, de uma maneira equilibrada, a gente pode estar usando a água pra conservar e manter os pés de fruteiras até o inverno, que é quando as plantas tomam água com mais liberdade (ENTR42, 2021).

Através da fala da ENTR42, foi instigado o redirecionamento do olhar das pesquisadoras para a decolonialidade da natureza, conforme apontada por Walsh (2008), à medida que mostra como o P1+2 incentiva a produção sem veneno, estabelecendo uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, fazendo (re)surgir uma “cultura ecológica”, conforme abordada por Leff (2000), que se faz na transformação dessa relação, sustentada na consciência dos sujeitos sobre a importância de se preservar o meio ambiente.

Com a chegada da cisterna, também foi possível perceber um aumento na criação de animais. Uma das famílias, do Assentamento Santa Agostinha, por exemplo, diz que teve o seu rebanho de gado acrescido após a segunda água, porque os animais passaram a ter onde beber. Mas, com os últimos anos de estiagens sucessivas, tiveram que vender para não morrer de fome: “eu tinha quatro touros, touros mesmo! Vendi devido aos sete anos de seca que teve. A gente vendeu para não morrer de fome” – em referência à seca ocorrida entre 2012 a 2017. Nesses anos, a cisterna era abastecida com água comprada. O valor da pipa chegou a variar entre R\$80,00 e R\$120,00. A água vinha da comunidade

² Ação do Governo Federal em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil para estabelecer uma política permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano, por meio da implantação de sistemas de dessalinização no Semiárido brasileiro (BRASIL, 2015).

vizinha, Mariana. Nessa mesma época, o Exército, através da operação carro-pipa, enchia a cisterna comunitária, só para beber e cozinhar.

Apesar do P1+2 ser destinado à criação de pequenos animais (ovelhas, caprinos, galinhas), a criação de gado se destaca em termos de produção, cujo propósito principal é a venda do leite. Essa questão pode se justificar, em alguns casos, por causa da necessidade de reabastecimento do reservatório de segunda água que, em muitas situações, é feito pelo poder público local.

A importância da cisterna enquanto reservatório para outras formas de abastecimento foi destacada pela maioria dos entrevistados. O fato de não ter onde estocar água nas proximidades da casa, para ser usada nos períodos de estiagens, era um fator impeditivo para que as famílias dispusessem de um quintal mais produtivo. “Antes, quando era nos períodos secos mesmo, você não tinha onde armazenar, por mais que tivesse água nos açudes. Você não podia nem comprar um caminhão-pipa porque não tinha onde colocar” (ENTR40, 2021).

O aumento do rebanho (galinhas, caprinos e ovinos), assim como o aumento de plantas frutíferas ao redor da casa, se deve principalmente ao incentivo à produção (denominado caráter produtivo ou projeto produtivo), agregado às tecnologias de segunda água, cujo objetivo é fortalecer o caráter produtivo das famílias beneficiadas, mediante o que elas já dispõem ou têm interesse em desenvolver: plantio de hortaliças, fruteiras, criação de galinhas, ovinos e/ou caprinos.

O projeto produtivo, agregado à tecnologia de segunda água da família do ENTR20, foi de mudas de plantas frutíferas. Antes, esse grupo familiar não tinha tal tipo de plantas no quintal.

Não tinha porque a gente não tinha água. Era difícil, as águas. A gente nem ligava em plantar. Depois dessa cisterna é que a gente ficou incentivada a plantar as plantas, porque não tinha água. Era seco. Eu uso a água para tomar banho, eu uso para os meus animais, e aguardar minhas plantas, meus pés de manga, meus pés de goiaba, minhas bananeiras (ENTR20, 2021).

Ficou evidente que a água estocada para o uso no período de estiagem possibilita às famílias que vivem no Semiárido ter água para o consumo e os serviços da casa, bem como para a criação animal e o plantio. Além de proporcionar um aumento na renda, os sujeitos declaram que estão comendo em maior quantidade e com melhor qualidade, influenciando positivamente na segurança alimentar, conforme evidenciado a seguir.

Água e alimento e suas implicações na segurança alimentar das famílias beneficiadas

A melhoria na segurança alimentar das famílias beneficiadas com as tecnologias de segunda água se faz, no entendimento desta pesquisa, de modo direto e indireto. De modo direto, na medida em que as famílias, a partir da implementação do P1+2, passaram a produzir novas culturas e a consumi-las, incorporando novos alimentos no seu cardápio de modo regular e permanente. Alimentos de melhor qualidade e em quantidade suficiente, conforme definido pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Assim também acontece com a família do ENTR41, citada a seguir:

Esse plantio melhorou muito. Tem tudo. Antes não tinha nada. Hoje tem bananeira, cinco pés de limão, tem manga. Essa manga é da grande. Tem cidreira, capim-santo. Goiabeira, não sei quantos pés. Umbu, cajá, acerola, caju. Tem uns 10 pés de coco. As frutas são para o consumo da casa, e também os filhos levam para suas casas. E agora vai iniciar o plantio de palmas para alimentar o gado, no período de estiagem (ENTR41, 2021).

A mudança na alimentação também reflete a relação direta que o P1+2 estabelece com a melhoria na segurança alimentar. Após ser beneficiada com a cisterna-calçadão, uma família passou a plantar e produzir “alface, beterraba, cenoura, pimenta-de-cheiro e pimentão. Esses produtos a gente consumia, mas com veneno. Depois da cisterna, a gente foi produzindo em casa, sem o agrotóxico” (ENTR42). Há uma mudança, tanto em termos de quantidade como de qualidade, no produto consumido. Nos primeiros anos de implantação da tecnologia, a família conseguiu uma produção constante, chegando a comercializar verduras e legumes na própria comunidade e em comunidades vizinhas. No entanto, eles dizem que atualmente estão mais envolvidos em outras atividades, mas são conscientes que é importante se dedicar mais ao quintal produtivo e cultivar mais os produtos.

A cisterna-enxurrada da entrevistada ENTR25 possibilitou o plantio de seriguela, limão, goiaba, banana, mamão, acerola e manga. A produção é só para o consumo da família. Antes dessa tecnologia de segunda água, eles não tinham essas frutas incorporadas ao cardápio. Para consumi-las, tinham

que comprar. Refletindo sobre a mudança na alimentação a partir da implementação da cisterna-enxurrada, a ENTR23, dessa mesma comunidade, afirma que: “antigamente, a gente não tinha o ovo para comer, hoje tem. Não tinha galinha, hoje a gente tem. Tem o creme que a gente tem para comer, para fazer a manteiga. Come melhor, hoje. Muito.”

Percebe-se assim que a melhoria na segurança alimentar se faz na complementaridade entre a água e o alimento, pois, se não há água, não tem como produzir o alimento, seja através do cultivo de algumas culturas, seja através da criação animal. Por essa razão, ficou evidente que a base para o desenvolvimento da região semiárida se faz alicerçada nesses dois pilares: água e alimento. Essa relação acontece de modo tão intrínseco que se não tem água, não tem alimento; se tem alimento e não tem água, também não tem como comer. Essa relação foi bem expressa na fala abaixo:

Ave-Maria! Era um sufoco grande para nós tomar banho, para cozinhar. Tinha o que cozinhar e não tinha água. Precisava ir lá para o São Luiz, a pé. Esse vizinho aí, ia de noite tomar banho no cacimbão, eu mandava meus filhos ir tomar banho e trazer uns baldinhos de água para nós tomar banho [...]. Teve uma tarde que não jantamos porque não tinha água para cozinhar (ENTR21, 2021).

Ademais, a relação do P1+2 com a segurança alimentar também se faz de maneira indireta à proporção que possibilitou um aumento da renda, principalmente devido à venda da criação animal, uma vez que houve um aumento dos rebanhos. E faz-se, também, com a economia que se tem por não ser mais preciso pagar o transporte e/ou abastecimento de água.

Hoje a cisterna para mim é como uma poupança. Todas as duas. Essa pequena que é de primeira água. Eu digo para as pessoas: vocês só sabem o valor quando ela está cheia e quando está seca. Ter água acumulada é dinheiro. Quando seca aqui o pessoal compra. Ninguém vai pegar mais água não, secou a cisterna, compra um carro d'água, manda botar (ENTR39).

No caso da família da ENTR23, a venda de animais (gado e ovelhas) subsidiou a cirurgia do filho do casal, pois o SUS só cobriu parte dos procedimentos necessários: “antes as coisas eram mais difíceis. Hoje, quase todos os dias a gente está no supermercado. Cada novidade que a gente vai vendo, vai comprando. Antes, a gente nem ia”. A melhoria na alimentação, segundo os entrevistados, veio através do gado – que eles não possuíam antes –, por meio do consumo e da venda do leite, bem como dos ovos e das galinhas.

A melhoria no acesso ao alimento de qualidade e em maior quantidade, que se faz tanto de modo direto quando advindo do plantio, ou através do aumento da renda proporcionada pelo fortalecimento da produção, permite o rompimento da colonialidade do poder expressa pelo domínio que os proprietários de terra exerciam sobre os agricultores quando assumiram a condição de plantadores, parceiros, meeiros, visto que eles não tinham a opção de escolher o que plantar e, conseqüentemente, o que produzir e consumir.

Foi através do P1+2 que as famílias passaram a decidir o que criar, o que plantar e o que comer. As atividades dos plantios e da criação animal são pautadas nas suas próprias experiências, que se somam à assistência técnica oferecida no decorrer da implementação da tecnologia e nas experiências de outros agricultores. Isso possibilita o surgimento de uma nova episteme, que expressa a decolonialidade do saber.

A valorização dos saberes dos sujeitos, materializados nas suas práticas produtivas, fortalece a perspectiva do ser agricultor, do sujeito que vive em um contexto de escassez de água, mas que lhes são (ou eram?) políticas acessíveis, capazes de contribuir com a superação das diferentes colonialidades impostas pelas políticas de combate à seca e de modernização agrícola.

Quem acertou o bicho? A reinvenção do poder, do saber e do ser a partir do P1+2

O mais importante foi de onde eu comecei a produzir, a trabalhar para mim. Antes eu fazia jogo de bicho. Toda vida trabalhei na agricultura, mas de sequeiro, de inverno. Passei oito anos no jogo do bicho, aí parei, foi o tempo que veio o cisternão, aí eu comecei a produzir, pouquinho, pouquinho e fui aumentando. Eu nunca pensei em chegar ao limite que tenho hoje. De muda pequena, eu tenho 110 variedades de frutíferas (ENTR7, 2021).

A realidade do ENTR7 é diferenciada. Beneficiário do P1+2 com a cisterna-calçadão, ele saiu da condição de “cambista³” para produtor. Também trabalhou na execução do Programa, exercendo a função de técnico, instalando *kits* de irrigação e fazendo os canteiros econômicos. Enquanto beneficiário, fez a opção pelo projeto produtivo de plantas frutíferas e hortaliças. Além de mudas, recebeu uma caixa d’água, um motor e uma mangueira para irrigar.

Antes, ele tinha dificuldade para conseguir água. Com a chegada da cisterna, aumentou o armazenamento, o que possibilitou o início do plantio ao redor da casa.

Plantava pouquinho e fui aumentando. Agora cavei um poço e aumentei mais. Aí eu gasto (água) com viveiro e com hortaliças e com frutas: acerola, goiaba, manga e várias outras. Antes não tinham essas plantas. Tudo isso começou quando fiz a cisterna. Eu já tenho uma produção, mais ou menos. Assim, não é grande, mas eu tenho uma variedade boa de mudas pequenas, para produzir daqui a alguns dias. Eu não tenho condições de criar porque o tempo não dá. Não tenho como comparecer ao dois. O terreno é pequeno. Eu criava galinha, parei porque o custo era alto. Tinha que ter tempo para galinha, tempo para hortaliças, tempo para o viveiro. Assim, tudo, se for pagar mão de obra, não tem como (ENTR7, 2021).

A mão de obra na unidade de produção é feita pelo entrevistado e mais dois irmãos. O trabalho é desenvolvido em parceria e o lucro dividido entre os três.

Quanto à produção, ela é destinada tanto para o consumo quanto para a comercialização. Além do mais, tem certificação orgânica. As hortaliças produzidas são vendidas para os supermercados Queiroz, Sertanejo e Nonatos, nas unidades de Apodi, e também são vendidas na comunidade. Já as frutas são vendidas, *in natura*, para a COOPAPI, em Apodi.

O ENTR7 é considerado, pelos demais entrevistados do Córrego, o maior produtor orgânico do município. Tem época que tem 10 mil mudas de cajueiro, 4 mil de cajarana, goiaba, laranja. O viveiro também tem certificação orgânica. Além de uma vasta variedade de plantas frutíferas e medicinais no quintal. As mudas são vendidas na própria comunidade e também para as cidades Natal e Mossoró. Tem épocas de muitas variedades, mas, no mês de dezembro, diminui a parte de produção de verduras, e passa a se dedicar mais ao viveiro. “Eu trabalho com uma demanda boa de hortelã, cebolinha, alface, couve, rúcula e espinafre. Produzo coisas diferentes” do que é produzida no entorno, afirma.

Para irrigar toda a sua produção, abastece a cisterna com a água de um poço, que ele mesmo mandou perfurar, por meio de financiamento. Da cisterna, segue a irrigação para as plantas. São três “cisternões” por semana para as frutas, as hortaliças e as mudas produzidas. Porém, ele discorda de outras pessoas entrevistadas quando estas afirmam que não produzem devido ao alto custo da energia: “o pior é você gastar energia e não produzir”. Ainda referindo-se aos custos de energia para o bombeamento da água, diz que: “é tudo muito caro. Assim, mas se parar, não tenho condições. Para continuar, tem que investir, para investir tem que gastar”. Em 2021, foram investidos quase 30 mil reais na sua área de produção (20 mil foi empréstimo e 10 mil já foi renda da produção do viveiro). A principal renda do entrevistado advém dessa produção.

Sobre as mudanças na alimentação da família, ele revelou que, depois do P1+2, comem “cem vezes melhor. Porque, assim, eu não trabalhava com hortaliças, comprava. Hoje eu tenho. Quando eu não tenho para vender, mas tenho para o consumo”.

As mudanças que o P1+2 ocasionou na vida do ENTR7 representam um contexto de decolonialidade expressa em diferentes dimensões: a autonomia que ele assume em relação a gestão da água para o consumo e para produção, a autonomia com o custeio da energia e a articulação com o mercado local e regional são situações que revelam uma superação de dependência em relação ao poder público local. Através desse Programa, foi ampliada a possibilidade de conhecimentos que o direcionou para a sua identificação enquanto agricultor. Isso também desencadeou outra habilidade que, até então, ele não desenvolvia: a função de técnico junto a implantação do Programa. Esses aspectos relacionam-se tanto a descolonialidade do ser como do saber, de maneira mútua e recíproca. Do mesmo modo, instiga refletir sobre uma nova decolonialidade do fazer, expressa nas liberdades exercidas nas formas de plantio, na gestão da água, representando a materialização dos seus conhecimentos.

³ Denominação atribuída às pessoas que trabalham fazendo apostas no jogo de bicho para terceiros. Geralmente, executam uma espécie de prestação de serviço para as bancas de jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender em que medida o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) contribui para o desencadeamento de processos de decolonidade a partir do acesso à água e ao alimento, ficou evidenciado que o mesmo tem possibilitado o acesso a esses recursos em maior diversidade, maior quantidade e melhor qualidade embora, esse acesso não aconteça de modo regular e permanente por parte de algumas famílias. É através do acesso à água de qualidade para o consumo humano (beber e cozinhar) e para a produção de alimentos – seja através da criação de animais ou do plantio de hortaliças, legumes e frutas – que a mudança nas práticas alimentares se tornou um fator relevante na segurança e soberania alimentar das famílias, refletindo de modo positivo na saúde delas. Além do mais, ele proporcionou o aumento de renda em virtude do fortalecimento do plantio e da criação animal, o que vem possibilitando a aquisição de outros alimentos no mercado local.

As oportunidades e mudanças na vida das pessoas entrevistadas, promovidas por meio do P1+2, se devem às novas formações, construções e articulações sociopolíticas que se construíram no território Sertão do Apodi e em todo o Semiárido brasileiro, alicerçadas acima de tudo pela Articulação do Semiárido (ASA). Tais articulações têm resultado em políticas que representam a resistência às velhas políticas desenvolvimentistas implantadas por décadas, que perduram, ainda, na atualidade. Essas políticas são capazes de desencadear importantes processos de decolonialidades nas dimensões do poder, do saber e do ser, tendo a água e o alimento como a base dessa resistência. No entanto, é necessária a superação de outras colonialidades que ainda permeiam a realidade dessas famílias, como, por exemplo: a cultura, ainda presente de subordinação política em relação ao abastecimento de água nos períodos de estiagens e ao custeio de energia (nas comunidades que dispõem de sistema de adutora); a limitação financeira, para arcar com a contrapartida exigida para a implantação da tecnologia; e a limitação relacionada à estrutura física do terreno e, por conseguinte, à escolha da tecnologia que almejam.

Este estudo mostrou que, ao fortalecer toda uma prática produtiva voltada para a realidade das famílias do Semiárido, o Programa representa um processo decolonial de resistência ao regime produtivo e alimentar corporativo e à economia do agronegócio. Fundamenta-se, pois, em outras lógicas epistemológicas, que se constroem pautadas na pluralidade dos conhecimentos dos sujeitos. Os resultados apontaram que o P1+2 dialoga com a perspectiva de decolonialidade à medida que situa a segurança alimentar em um contexto que está para além do acesso ao alimento, possibilitando às famílias o rompimento de hierarquias que se construíram, por décadas, no campo do saber, do poder e do ser – através das políticas implementadas sob a ótica do combate à seca e da modernização agrícola. Dessa maneira, os resultados vão ao encontro das análises de Rozendo e Diniz (2020), Cavalcante, Mesquita e Rodrigues-Filho (2020) e Arsky, Santana e Pereira (2014), que situam os programas de cisternas para além da segurança alimentar, apontando-os como instrumentos de emancipação, autonomia e de aprendizagens coletivas.

No entanto, o desmonte dos programas de cisternas, que vem se estruturando nos últimos seis anos, priva milhares de famílias de se incluírem nesses processos decoloniais, impossibilitando-as de expandirem suas capacidades – para usar as palavras de Sen (2010). Trata-se, contudo, de um desmonte que se expressa além da questão orçamentária à medida que desencadeia outros tipos de privações: o acesso à água e ao alimento, o exercício da cidadania, a ampliação do protagonismo e a construção de novos saberes, conforme já apontado por Santos, Rozendo e Diniz (2019).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.
- ARAÚJO, T.B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, v.11, n. 29, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>
- ARAÚJO, T.B de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.
- ARSKY, I. da C.; SANTANA, V. L.; PEREIRA, C. M. Água de beber. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E.; MEDAGLIA, V. R. (orgs.). **Construindo saberes, cisternas e cidadania: formação para a convivência com o Semiárido**. Brasília: Editora IABS, 2014. p. 73-74.

- ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro. **O Programa Uma Terra e Duas Águas**. [20--]. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 08 out. 2020.
- ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro. **Sobre Nós – História**. 2020. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 29 out. 2020.
- ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro. **Declaração do Semiárido**. 1999. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMIARIDO.pdf. Acesso em: 07 maio 2022.
- AZEVEDO, N. T.; ISAGUIRRE-TORRES, K. R.; BORBA, C. A. Gênero, território e decolonialidade: experiências e perspectivas no Brasil. **Guaju**, Matinhos, v. 5, n. 1, p. 2-14, 2019. <https://doi.org/10.5380/quaju.v5i1.68579>
- BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. 2. ed. Brasília: IABS, 2013. p. 51-58.
- BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Agrário. **Caderno Territorial Sertão do Apodi**. Brasília: GGMA, 2015.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 87-95.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Los avatares de la crítica decolonial. **Tábula Rasa**, Bogotá, n. 16, p. 213-230, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n16/n16a12.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.
- CAVALCANTE, L.; MESQUITA, P.; RODRIGUES-FILHO, S. 2nd Water Cisterns: social Technologies promoting adaptive capacity to brazilian family farms. **Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens (Edição especial)**, v. 55, p. 433-450, 2020. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73389>
- DINIZ, P. C.; SANTOS, C. F.; ROZENDO, C. Acesso à água para consumo humano no Semiárido brasileiro: o programa Um Milhão de Cisternas e suas implicações sociais. **Contemporânea**, v. 12, n. 1, p. 95-119, 2022. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2022005>
- FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: Sudene, 1967.
- GNADLINGER, J. **O Programa Uma Terra - Duas Águas (P1+2) e a Captação e o Manejo de Água de Chuva**: reflexões e apresentação do programa. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA PARA A SUSTENTABILIDADE DE ÁREAS RURAIS E URBANAS – TECNOLOGIAS E CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS, 5., Teresina, 11-14 jul. de 2005. Disponível em: <http://www.abcmac.org.br/files/simposio/5simp_gnadlinger_programap1mais2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, 11 (29), 1997. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100003>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Regionais (SCR) 2019**. Contas Nacionais n. 83. Rio de Janeiro, IBGE, 2019.
- IRPAA. **Convivência com o Semiárido**. 2005. Disponível em: <http://www.irpaa.org/modulo/convivencia-com-o-semiarido>. Acesso em: 13 set. 2021.
- LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia e desenvolvimento sustentável. Blumenau-SC: Ed. Da FURB, 2000.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 127-

167.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

NUNES, E. M.; GONDIM, M. de F. R.; SILVA, M. R. F. da. Identidade e reestruturação produtiva nos territórios Açú- Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 137-166, fev./maio 2019. <https://doi.org/10.36920/esa-v27n1-7>

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez: 2010. p. 74-117.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Horizontes sociológicos**, Buenos Aires, n. 1, 2015.

ROZENDO, C.; DINIZ, P. C. (orgs.). Editorial. **Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens** (Edição especial), v. 55, p. 1-8, 2020. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.78198>

SANTOS, C. F. dos *et al.* A contribuição da bioágua para a segurança alimentar e sustentabilidade no semiárido potiguar brasileiro. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 100-113, 2016. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v7n0.2016.18347>

SANTOS, C. F. dos; ROZENDO, C.; DINIZ, P. C. Você tem sede de quê? Os programas de cisternas no semiárido potiguar brasileiro como dispositivos de desenvolvimento. In: ENCONTRO DA ANPPAS, IX, 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPPAS, 2019.

SANTOS, C.F. dos **Você tem sede de quê?** O programa de cisternas na promoção da segurança alimentar no semiárido brasileiro. 2022. 168 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49927/1/Vocetemsede_Santos_2022.pdf. Acesso em 10 dez.2023.

SANTOS, T. A. **Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA): a convivência com o Semiárido e a construção de um regionalismo de resistência**. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. <https://doi.org/10.7476/9788538603894>

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

SILVA, V. R. da; PEREIRA, M. C. de B. Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: um caminhar para além do desenvolvimento? **Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens** (Edição especial), v. 55, p. 358-380, 2020. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73408>

SOUSA, J. G.; LOPES, J. E.; SILVA, A. B. Modernização da agricultura no Vale do Açú – RN: um processo mediatizado pelas políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia-MG. **Anais [...]**. – Territórios em disputa: o desafio da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia-MG: ENGA, 2012.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Delimitação do Semiárido – 2021: relatório final** (Versão preliminar). Recife, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf>. Acesso em: 13 jan.2024.

TONIAL, F. A. L; MAHEIRIE, K.; GARCIA Jr., C. A. S. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Hucitec, 1999.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n .9, p. 131-152, 2008.
<https://doi.org/10.25058/20112742.343>

WANDERLEY, M.N.B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. CHAYANOV. In: FERREIRA, Angela D.D. BRANDEBURG, Alfio (org.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, UFPR, 1998.

Recebido em: 16/10/2023

Aceito para publicação em: 01/04/2024